



A subjetividade da criança e do adolescente: a contribuição do olhar da Psicologia para que o Estatuto seja efetivamente implementado

MATÉRIA ESPECIAL | PELA AMPLIAÇÃO DA IDADE DO BRINCAR

Resgatar o aspecto lúdico no desenvolvimento da criança e do adolescente protege o jovem de uma lógica adulta que suprime direitos fundamentais. **4**

MUNDO MELHOR | CULTURA É TERAPIA NA PERIFERIA

Experiências socioculturais em bairros pobres de São Paulo, Guarulhos e Campinas ajudam a reduzir vulnerabilidade de crianças e adolescentes. **6**

UM DIA NA VIDA | ACOLHER PARA TRANSFORMAR

Trabalho de psicólogo em medidas socioeducativas mostra que a profissão tem papel relevante na mudança de vida de jovens em conflito com a lei. **9**

PSICOLOGIA E COTIDIANO | DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS

Especialistas avaliam que o entendimento sobre ato infracional cometido por crianças e adolescentes muda conforme a classe social a que pertencem. **12**

PERSPECTIVA DO USUÁRIO | PAPO RETO E CHEIO DE OPINIÃO

Crianças e adolescentes falam sem rodeios sobre como veem e agem diante das dificuldades no âmbito escolar, familiar e social. E dizem como melhorar. **14**

CAPA | 25 ANOS DO ECA

O olhar da Psicologia para a subjetividade da criança e do adolescente e como podemos contribuir para que o Estatuto seja efetivamente implementado. **16**

ORIENTAÇÃO | REDE DE ACOLHIMENTO CONTRA A VIOLÊNCIA FAMILIAR

Atuar em situações de agressão física e sexual a crianças e adolescentes exige ação coordenada da Psicologia com outros dispositivos de proteção. **21**

PROCESSOS ÉTICOS | PENALIDADES ÉTICAS

23

SUBSEDES | CONFERÊNCIAS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Participação dos jovens foi destaque no estado de São Paulo. Conheça as atividades realizadas em Ribeirão Preto, São Vicente e Bauru. **25**

MURAL

Confira ações realizadas pelo CRP SP na luta contra a redução da maioridade penal e a série de vídeos do Programa Diversidade sobre os 25 anos do ECA. **27**

MATÉRIA ESPECIAL | BRINCAR PRA VALER. VALER PRA BRINCAR

Campanha do CRP SP marca a celebração do 25º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente reconhecendo-os como sujeitos de desejos. **28**

ESTANTE | TÍTULOS

Dicas de livros e vídeos sobre temas de interesse da categoria. **31**



**Conselho Regional
de Psicologia SP**

psi 183

Publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidenta | Elisa Zaneratto Rosa
Vice-presidenta | Adriana Eiko Matsumoto
Secretário | Guilherme Luz Fenerich
Tesoureira | Gabriela Gramkow

Conselheiros

Alacir Villa Valle Cruces, Aristeu Bertelli da Silva, Bruno Simões Gonçalves, Camila de Freitas Teodoro, Dario Henrique Teófilo Schezzi, Graça Maria de Carvalho Camara, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Ilana Mountian, Janaina Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Jonathas José Salathiel da Silva, José Agnaldo Gomes, Livia Gonsalves Toledo, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria das Graças Mazarin de Araujo, Maria Erminia Ciliberti, Marília Capponi, Mirmamar Pinto da Fonseca Pagliuso, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Regiane Aparecida Piva, Sandra Elena Spósito, Sergio Augusto Garcia Junior, Silvio Yasui.

Realização Linha Fina

Jornalista responsável Milton Bellintani (MT b 18.122)

Reportagens Adriana Carvalho, Denise Ramiro, Milton Bellintani

Direção de arte Cláudio Franchini

Foto da capa Ilustração CRP SP

Revisão Linha Fina

Impressão Rettec Artes Gráficas

Tiragem 89.000 exemplares

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410-020 São Paulo SP
Tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Comunicação | comunicacao@crpsp.org.br

Site

www.crp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932
Baixada Santista e Vale do Ribeira
Bauru | tel. (14) 3223-2324, 3235-2441
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516
Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658
São José do Rio Preto | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047
Sorocaba | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370
Vale do Paraíba e Litoral Norte | tel. (12) 3631-1315

O futuro que queremos para as crianças e adolescentes do nosso país: um compromisso para a Psicologia

Há 25 anos nossa sociedade conquistou o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente. À época, um país em que muitas crianças e adolescentes viviam em situações precárias e aviltantes ganhava uma das legislações mais avançadas do mundo, no sentido dos direitos preconizados e do papel a ser desempenhado pela sociedade e pelo Estado na sua garantia. A legislação vindoura, nesse contexto, embora pudesse ser denunciada por alguns setores como uma grande contradição, possuía mesmo a potência de uma positiva contradição que, se contrapondo à realidade existente, impulsionava transformações. O novo marco legal redirecionava a ação do Estado e o investimento em políticas públicas, no claro compromisso de reverter a situação da infância e da juventude do Brasil. O ECA não somente expressava, como reafirmava uma mudança importante de perspectiva e de cultura, no sentido do reconhecimento de que é preciso cuidar das nossas crianças e adolescentes se quisermos cuidar do futuro do nosso país.

O nosso ECA expressa aquilo que queremos para nossas crianças e adolescentes, aquilo que queremos para cada cidadão brasileiro em seu futuro e aquilo que queremos como compromisso coletivo. Reconhece as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, como prioridade absoluta e compromete a todos, família, comunidade, Estado, sociedade, com a sua proteção integral, como garantia de seu pleno desenvolvimento.

A Psicologia brasileira tem em sua trajetória um importante encontro com esse momento da história da infância e da adolescência. O reconhecimento das crianças e dos adolescentes como sujeitos e o compromisso com as condições capazes de garantir seu pleno desenvolvimento encontram na Psicologia ancoragem fundamental. O que é preciso para que possam, nesse tempo histórico, essas crianças e adolescentes se formarem como cidadãos capazes de produzir trajetórias de vida transformadoras e de estabelecer relações humanas enriquecedoras? Na resposta a essa questão, a Psicologia se compromete com as crianças e adolescentes.

Somos muitas/os as/os psicólogas/os envolvidas/os em nosso trabalho com a proteção integral da criança e do adolescente. Ao longo dos últimos 25 anos, contribuímos para fazer avançar a garantia de direitos em nosso país. Os índices de mortalidade infantil já não são os mesmos, nem tampouco aqueles relativos à evasão escolar. As/os psicólogas/os que atuam nos serviços de



Foto: Linha Fina Imagens

saúde, de educação, de assistência social, na clínica e em tantos outros espaços, são autores dessa história. E temos ainda muita história para transformar. Sabemos que crianças e adolescentes são ainda as maiores vítimas da violência produzida em nossa sociedade, assim como existem muitos deles privados do direito à moradia, à convivência familiar e comunitária, explorados no trabalho, em que pese os avanços conquistados.

Talvez um dos maiores desafios no período que se inicia seja trabalhar com os adultos, agora filhos do ECA, sobre a importância do reconhecimento do direito de ser criança e adolescente, com todas as garantias de proteção e direitos para o futuro que precisamos. É preciso resgatar a história e as condições que tornaram possível o ECA para reconhecer o que não queremos que se repita, o que queremos que se transforme, o que queremos que se aprimore. É preciso olhar para a história para que avancemos nos direitos conquistados. É hora de fazer o seu balanço. A Psicologia faz parte dessa história e deve se comprometer com o futuro que construiremos para as crianças e adolescentes brasileiros. Os jovens, filhos do ECA, podem ser nossos importantes parceiros nesse novo tempo. Que façamos o caminho para o futuro que queremos de mãos dadas com eles e com nossas crianças e adolescentes. O presente do futuro que queremos é aquele em que todas as crianças e adolescentes possam brincar, possam se divertir e possam sonhar.

XIV Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo



Pela ampliação da idade do brincar

Resgatar o aspecto lúdico no desenvolvimento da criança e do adolescente também é uma forma de proteger o jovem de uma lógica adulta que, em vez de assegurar, suprime garantias fundamentais

A história de Peter Pan, o menino que se recusava a crescer, é conhecida. Mas a mágica Terra do Nunca em que ele e outras crianças desafiavam as maldades do Capitão Gancho nunca esteve tão longe da Terra da vida real, em que o modelo de competitividade do universo dos adultos invadiu sem cerimônia o espaço infantil e vem moldando as novas gerações à sua imagem e semelhança. No dia a dia de pouca magia desse mundo em que as obrigações parecem fazer sombra sobre os direitos, complexo de Peter Pan virou diagnóstico de imaturidade. Mas quando, afinal, a criança tem de fazer a passagem do reino do brincar para a república do trabalho? O Estatuto da Criança e do Adolescente é claro quanto

a isso. E a legislação vigente também. A infância tem como fronteira etária a passagem dos 11 para os 12 anos. E nenhum adolescente pode trabalhar antes de completar 15. O direito ao lazer, de brincar e divertir-se, também está previsto. Com isso procura-se garantir à infância e à juventude proteção para um desenvolvimento físico, mental e intelectual saudáveis.

Cabe à família, à sociedade e ao Estado assegurar tais direitos.

Se essa rua fosse minha

Nas grandes cidades, a noção de que o espaço público deixou de ser seguro para o brincar e socializar-se vem reduzindo a dimensão social da diversão como ato coletivo, social, dando lugar a formas lúdicas em

espaços privados que favorecem o isolamento, como os jogos eletrônicos. A rua, nesse contexto, se confunde com um espaço de desatenção, abandono e de perigos.

No texto *Adolescentes em situação de rua*, publicado no caderno *Adolescência & Psicologia - Concepções, práticas e reflexão críticas*, do Conselho Federal de Psicologia em 2002, a psicóloga Sílvia Helena Koller e o psicólogo Lucas Neiva afirmam que divertir-se é uma das formas que o jovem tem de relacionar-se. “O ato de brincar é de grande importância para o desenvolvimento infanto-juvenil, independentemente do contexto e apesar dos potenciais riscos que a rua apresenta”, dizem. “A atividade lúdica é de especial interesse para

o profissional que busca realizar alguma intervenção junto a esses adolescentes. Constitui uma das principais formas de estabelecimento de vínculo entre um adulto, em princípio desconhecido, e o adolescente. Dependendo da idade do adolescente com o qual o adulto interage e do número de pessoas envolvidas, inúmeras atividades podem ser desenvolvidas com o objetivo de aproximar a relação, conquistar a confiança mútua e, em consequência, estabelecer vínculos.”

Rede de afetos

Esses vínculos são mais sólidos quando compõem o que a criança e o adolescente entendem como sendo a sua rede de proteção: seus afetos. Na cartilha *A Psicologia e sua interface com os direitos das crianças e dos adolescentes*, do CRP SP, o papel dessa rede em seu desenvolvimento é realçado pela capacidade que ela tem de ajudar o jovem a transpor obstáculos, sejam causados pela intolerância, pela pobreza ou pela violência. Essa rede de afeto inclui não só sua família, mas os amigos, os colegas, os professores, os profissionais de saúde e de ONGs inseridos em suas vidas. “O

que define uma família são os laços de afetividade e de cuidado”, diz o texto da publicação.

Essa rede de afetos tem função primordial no processo educacional das crianças e adolescentes, essencial à constituição de seus valores e à sua possibilidade de plena participação na vida social: é por meio dela que se estabelecem canais de diálogo com a juventude capazes de garantir que o estabelecimento de limites – como forma de educar para a vida – resulte do entendimento de que têm legitimidade para isso.

Para Lino de Macedo, professor e orientador no Programa de Pós Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, uma das tarefas da Psicologia é ajudar a criança e o adolescente a entender o significado dos limites – geralmente um ponto de conflito com a família. Segundo ele, a grande queixa dos pais – e também da escola – está relacionada à dificuldade de aceitarem regras. “As crianças têm problemas para estabelecer e aceitar limites”, afirma. Mas isso não acontece apenas porque desafiam a autoridade dos mais velhos para saber até

onde podem ir. “Muitas vezes, os pais são modelos de ausência de limites para elas. Não percebem que são a primeira referência ética dos filhos. As crianças vivem modelos de adultos em uma sociedade que propõe o limite a ser superado. Limite significa limitação, barreira. Temos limitações. Se ganho 3 mil por mês, tenho uma limitação. Se gasto mais, fico endividado. Limite tem a ver com delimitação e com superação. O limite é um desafio, mas também uma oportunidade. Um convite à superação”, define.

Brincar para a vida

Na orientação ao adolescente e à criança cabe ao profissional explicar a diferença entre limites que buscam protegê-los e restrições que tolhem sua liberdade e desenvolvimento.

Crianças e adolescentes sempre receberam atenção especial da Psicologia. A infância e a adolescência são fases do desenvolvimento humano em que as pessoas aprendem códigos de relacionamento e conhecem instrumentos que usarão ao longo da vida. E o brincar, que também contempla regras e limites, é uma ferramenta essencial nessa etapa. 🌟



Cultura é terapia na periferia

Experiências sociais e culturais em bairros pobres das cidades de São Paulo, Guarulhos e Campinas mostram a força que a construção de vínculos na comunidade tem para a constituição da identidade e redução da vulnerabilidade de crianças e adolescentes

“Fazer poesia é como jogar capoeira. O golpe deve ser bem dado, como a palavra colocada. A ginga tem que ser boa, como o poema ritmado. Nasci e cresci na periferia. Já vi e previ muitas desgraças. No entanto, também conheci o amor. Tudo ali, no mesmo lugar.” Quem assina esses versos é o escritor paulistano Marcio Vidal Marinho. Aos 31 anos, ele é um exemplo vivo do poder transformador dos projetos sociais que crescem e se multiplicam na periferia das grandes cidades.

Marcio passou a infância e adolescência no Jardim Ângela, na zona sul de São Paulo, um dos bairros com indicadores sociais críticos na cidade. Ali ele conheceu duas iniciativas que marcaram a sua vida: uma ligada à capoeira e a outra, à poesia. Aos 14 anos começou a fazer aulas na Associação Cultural de Capoeira Corrente Libertadora, vinculada ao Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedeca) de Interlagos, que atua com crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Ele conta que seus mestres de ginga ensinaram muito mais do que jogar com movimentos corporais. “Frequentar a capoeira me fez conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente e me levou a refletir sobre diversas questões relativas à adolescência. Me colocou em contato com as políticas públicas e me mostrou que adolescentes podem ser protagonistas de suas vidas”, conta. Anos depois, Marcio passou um período como educador social no mesmo Cedeca, atendendo crianças e adolescentes em situação de rua.



Foto: Luiz Pattoli/ Flickr Creative Commons

A cultura hip hop engloba variadas formas de manifestação dos adolescentes da zona sul paulistana

“Já naquela época eu gostava de escrever poesia, mas não tinha com quem conversar a respeito e jamais poderia sonhar em publicar um livro. Em 2004, um amigo com quem trabalhei na ong me falou sobre os saraus que aconteciam na Cooperifa e eu resolvi aparecer por lá”, diz referindo-se à iniciativa criada há 15 anos pelo poeta Sérgio Vaz e que toda quarta-feira lota o bar do Zé Batidão, no Jardim São Luiz. Ali, pessoas de todas as idades se reúnem para declamar poemas que guardavam na gaveta, ouvir outros poetas e participar de sessões de cinema seguidas de debate. “O Marcio apareceu para mostrar sua poesia e dela tirou a vontade de continuar estu-

dando”, conta Vaz. Aquele menino da periferia cresceu, se formou em Letras pela Universidade Paulista (Unip) e está concluindo seu mestrado em Literatura Comparada de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Tem dois livros publicados: *Receitas para Amar no Século XXI* e *A Vida em Três Tempos*, lançados por editoras independentes. “O terceiro livro está a caminho”, diz Marcio. “Devo lançar assim que terminar o mestrado.” Atualmente ele trabalha na formação de educadores em serviços de medidas socioeducativas na periferia da zona sul paulistana.

A psicóloga Michelle Nicolau relata que nos bairros periféricos é

comum as crianças e adolescentes receberem mensagens negativas o tempo todo, “como se fossem um peso e como se fosse melhor que eles não existissem”. Ela afirma que, como regra geral, têm poucas oportunidades de exercer seu lado criativo e de fazer atividades que expressem seus anseios. “E é justamente isso que oferecem os diversos projetos sociais, culturais e esportivos que existem nesses locais. Eles representam uma chance de dar vazão à criatividade e de mostrar aos jovens que há uma outra vida possível. E que ela é boa.” Michelle, que já trabalhou em assistência a crianças em situação de rua, hoje presta serviços a projetos vinculados ao Ministério da Saúde e à Secretaria da Saúde da cidade.

Nos saraus da Cooperifa, conta Sérgio Vaz, “a poesia desce do pedestal e se apaixona pela periferia”. Para ele, os encontros desmistificam a literatura como algo inacessível. “Ao perceber que também é capaz de criar poesias, o menino começa a se expressar e vai ganhando mais gosto pelo estudo. Se dá conta de que precisa continuar na escola para ter uma vida melhor”, diz Vaz, que conta já haver desenvolvido atividades com poesia para crianças e adolescentes na Fundação Casa.

Ele recorda que ao começar o tra-

balho com uma nova turma na instituição sempre perguntava se alguém gostava de poesia. Invariavelmente, ouvia que não. Diante das negativas passou a declamar letras de músicas como Negro Drama, do grupo Racionais. Vaz conta que os rostos dos meninos se iluminavam, admirados por perceber que poemas também podem contar histórias como as que eles conhecem bem. “Todo mundo gosta de poesia, só não sabe que gosta”, costuma repetir Sérgio Vaz nas oficinas e palestras que faz em escolas públicas. “Infelizmente, o governo não percebe o valor da educação. A cidade de São Paulo ficou 90 dias sem aula na rede pública e a sociedade não se mobilizou. Quem defende propostas de redução da maioria penal parece acreditar que se não vamos educar, temos que punir”, afirma.

O desafio do vínculo

Mateus é o nome fictício de um adolescente que vivia em situação de rua na cidade de Campinas, no interior de São Paulo. Sua história é igual a de muitos. Ele dizia que apanhava muito da mãe. Contava também que sofria preconceito na escola por ser negro. Ao reclamar da perseguição dos colegas com a diretoria, não se sentia escutado e nem apoiado. Como consequência, abandonou os estudos



“**Negro drama**
Tenta ver
E não vê nada
A não ser uma estrela
Longe, meio ofuscada
Sente o drama
O preço, a cobrança
No amor, no ódio
A insana vingança

Negro drama
Eu sei quem trama
E quem tá comigo
O trauma que eu carrego
Pra não ser mais um
preto fodido”

Negro Drama, Racionais

Foto: Pablo Caro/Flickr Creative Commons

Poesia como cartão de visitas, com narrativas que vão das questões pessoais às sociais



Foto: Luiz Pattoli/Flickr Creative Commons

e saiu de casa. “Conheci esse menino quando trabalhei dando aulas de capoeira a crianças e adolescentes em situação de rua, entre 2007 e 2010”, diz o contramestre de capoeira Leo Lopes. “Criamos um vínculo de confiança. Ele conseguiu elevar a autoestima com a ajuda de muitas conversas.”

Lopes conta que o processo foi lento. Os ensaios do grupo aconteciam embaixo de viadutos e em praças. Eles criaram uma orquestra de berimbaus, batizada de Navio Negro. Os ensaios serviam também para conversarem. “Nos encontros discutíamos questões como racismo e que eles eram sujeitos de direitos. Esse menino conseguiu processar os problemas que enfrentava, reconstruiu os laços com a família e voltou para casa”, conta. Recente-

mente ele encontrou o ex-aluno em um evento de *jongo*, animado com a dança africana. “Ele estava bem. Não voltou mais pra rua.”

Michelle Nicolau acredita que a Psicologia pode aprender com essas experiências e assim contribuir para que crianças e adolescentes em sofrimento, em conflito familiar ou com a lei possam superar suas dificuldades. Para ela, trabalhos como esse ensinam a estabelecer vínculos em situações diferentes da observada em uma clínica social ou consultório. Para quem vive em situação de rua, segundo a psicóloga, o fato de ter um dia e um horário para realizar uma atividade ajuda a organizar não só a rotina como a cabeça. “Uma atividade que consegue sucesso nisso merece ser olhada com atenção pela Psicologia”, afirma. Da mesma forma, ela defende que é importante notar que oficinas, cursos e palestras são ferramentas que facilitam a expressão de sentimentos, reforçam a valorização e autoconfiança dos jovens. “Me lembro de um garoto em situação de rua que atendi, que com frequência passava pela Fundação Casa. Ele não sabia escrever, mas com o tempo foi se aproximando. Um dia pediu que eu escrevesse uma poesia que ele havia criado. Por meio dela conseguiu expressar sua história e a organizar melhor seu pensamento”, conta.

Busca de protagonismo

Em 2012, Leo Lopes levou o trabalho com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade a escolas e espaços culturais de Hortolândia, na Região de Campinas. Desde então ele também dá aulas na Associação de Moradores do Jardim São Sebastião, na periferia da cidade. As primeiras atividades culturais com a capoeira foram o estopim de um movimento cultural dos moradores da região que teve desdobramentos políticos. “Antes não havia sequer uma praça no bairro. Os moradores se uniram e conseguiram que fosse criada. Além da capoeira, também se movimentaram para levar outras atividades culturais ao local”, diz ele.

Na periferia de Guarulhos, na Região Metropolitana de São Paulo,



Foto: reprodução

Dia do Joelhaço na Cooperifa: homens pedem perdão às mulheres por preconceito

uma comunidade de 20 mil famílias vive no bairro Jardim Santa Edwiges. Ali, como em outras regiões de baixa renda na cidade, faltam saneamento básico, pavimentação nas ruas, escolas e serviços de saúde. As atividades culturais voltadas para o desenvolvimento de crianças e adolescentes acontecem por iniciativa da Associação Cultural e Educacional Movimento Hip Hop Revolucionário (MH2R). Bobcontroversista, um dos fundadores do movimento, conta que ele começou em 1993, quando um grupo de jovens se reuniu para promover a cultura Hip Hop, com dança, música e artes. Todas essas formas de expressão, segundo ele, são maneiras de levar os jovens a fazerem uma leitura crítica do mundo e a serem protagonistas na defesa dos próprios direitos. A partir de 2001, o movimento se tornou uma organização não governamental e passou a disputar editais públicos de cultura para ampliar sua capacidade de atuação. “Hoje temos ações fortes em fotografia, dança, vídeo e grafite. Os jovens que abraçam essas atividades têm uma alternativa diferente. Com essas oportunidades eles se afastam da criminalidade, do risco de exploração sexual e de pequenos atos infracionais”, afirma Bob.

As crianças a partir de 7 anos e os adolescentes que participam das ati-

vidades são estimulados a refletir sobre sua condição social e sobre aspectos da sociedade que podem levá-los a um comportamento destrutivo. “O consumismo é um ponto muito discutido. Dizemos que eles não precisam da roupa de marca, de cabelo alisado e de celular bacana para serem aceitos. Muitos atos infracionais são cometidos para satisfazer a necessidade de consumo”, diz.

De acordo com ele, a reflexão em grupo produziu efeitos na comunidade. O escambo vem se tornando uma forma de economia sustentável no local. Por exemplo, um adolescente que produz um vídeo para a cobertura de um evento às vezes não é pago em dinheiro e sim com uma compra de supermercado para sua família. Até uma moeda social circula no local, com validade em outras comunidades ligadas ao Hip Hop: o quilombo, com valor de troca equivalente a um real. “Se faço um evento de Hip Hop na casa de Bauru, ganho alguns quilombos. Depois posso trocar por um serviço da minha escolha.”

Outros resultados desse trabalho “de formiguinha”, como ele classifica, são expressos na quantidade de jovens que evoluíram nos estudos. “Muita gente que passou pelas nossas atividades agora está em cursos técnicos ou na universidade”, conta, orgulhoso, Bobcontroversista. 🌟

Acolher para transformar

A rotina de trabalho do psicólogo Bruno Rodrigues Campos, que atua como técnico em medidas socioeducativas na periferia de São Paulo, mostra que a profissão tem um papel relevante na mudança de vida de crianças e adolescentes em conflito com a lei



Bruno atua como Técnico do Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência no Cedeca Sapopemba

Um sorriso, um aperto de mão. “Bom dia. Seja bem-vindo. Gostaria de uma água ou um café?” Para a maioria das pessoas, ser recebido assim em um local aonde se chega pela primeira vez pode parecer absolutamente normal. Mas para crianças, adolescentes e familiares de jovens que iniciam a rotina de cumprimento de medidas socioeducativas uma recepção respeitosa e acolhedora geralmente causa surpresa. Afinal, após a ocorrência do ato infracional, a passagem por delegacias, juizados e, algumas vezes, locais de internação, se mostra quase sempre um do-

loroso percurso repleto de episódios de violência, agressão, humilhação e afronta a direitos. O tratamento cordial desde o contato inicial, portanto, é o primeiro passo dado pela equipe do Centro de Defesa do Direito da Criança e Adolescente (Cedeca) Mônica Paião Trevisan para estabelecer vínculos com as crianças e adolescentes em conflito com a lei.

A população atendida por esta organização não governamental, criada em 1991, é de moradores do distrito de Sapopemba, na zona sudeste de São Paulo. “Por mais que o jovem tenha que ser responsabilizado pela infração que cometeu, deve ser trata-

do dentro dos princípios humanos”, diz o psicólogo e técnico em medidas socioeducativas do Cedeca Bruno Rodrigues Campos. “Aderir a um processo socioeducativo depois de ter passado por tudo que ele passou antes de chegar aqui é difícil.”

Formado em 2011 pela Universidade Cruzeiro do Sul, Bruno fez estágio na ONG Lar Sírio Pró Infância, que atende crianças e jovens expostos a situações de risco e vulnerabilidade social, antes de começar seu trabalho no Cedeca em 2012. “Os jovens chegam aqui muito fragilizados. Alguns até se esquivam de abraços por estarem machucados”, conta.

Desde o primeiro contato, procura-se oferecer um tratamento diferente. “Temos que desconstruir muita coisa para construir outras. Para começar, dizemos que não precisam nos chamar de senhor ou senhora. Que podem nos chamar pelo nome”, diz Bruno, que mora no bairro de Aricanduva, na zona leste paulistana, e que todos os dias faz de ônibus o trajeto de casa ao trabalho.

A visão que tinha quando entrou no Cedeca e a que tem hoje são bem diferentes. “Saímos da faculdade com a visão do atendimento clínico. Cheguei impregnado pela ideia de fazer avaliação psicológica e de que era preciso entender o que acontece com a pessoa para encaixá-la em um padrão já estabelecido. Depois percebi que isso deixa o processo de atendimento parecido com uma receita de bolo”, afirma o psicólogo. Até fevereiro ele atendia casos de crianças e adolescentes em conflito com a lei. A partir de março passou a atuar no Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência do Cedeca.

“Quando estava na faculdade, alguns professores diziam que a formação acadêmica não oferece nem 5% de entendimento do que é a profissão na prática. Avalio que esse número é ainda menor. Aprendi no Cedeca que, em primeiro lugar, é necessário conhecer o mundo e a realidade do indivíduo para que seja possível entender o que acontece com ele”, afirma. Para Bruno, levar em conta as particularidades que envolvem o universo da criança e do adolescente oferece uma visão muito diferente de como precisa ser a intervenção profissional. “Para esse trabalho precisamos ter uma atuação mais abrangente que a do acolhimento e um olhar multidisciplinar para a questão”, afirma.

A realidade de Sapopemba

A realidade das crianças e adolescentes que vivem em Sapopemba, como atestam as estatísticas, não é fácil. Com cerca de 300 mil habitantes, o distrito tem graves carências. No que diz respeito à educação, por exemplo, registra taxa de reprova-

ção de 24,65% dos alunos matriculados no ensino médio – bem acima da média da cidade, de 17,79% segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O instituto também revela que 16,67% dos nascidos vivos na região eram filhos de mães com menos de 19 anos de idade, superando mais uma vez a média paulistana: 12,50%. Em número de leitos hospitalares, Sapopemba também ostenta números preocupantes: 0,98 por mil habitantes, quando a média da cidade é de 2,55 por mil habitantes. Equipamentos culturais como museus, salas de show, centros culturais ou cinemas não haviam sido registrados na mais recente pesquisa do IBGE, de 2012, e apenas 1,81% dos equipamentos públicos esportivos do município concentravam-se nessa região da cidade onde a taxa de homicídio juvenil é de 18,22 óbitos por 100 mil habitantes do sexo masculino com idades entre 15 e 29 anos. Esse panorama dá uma dimensão de quantos direitos são negados às crianças e adolescentes da região e de como essa falta de perspectivas influencia na ocorrência de atos infracionais.

“Precisamos entender a cabeça e a vida desses meninos. Eles estão em uma região que carece de boas escolas, de serviços de saúde, de esporte, de lazer, de espaços de profissionalização. Eles veem que a mãe ou o pai têm trabalhos humildes, mas são criados em uma cultura social que valoriza o consumo. Nesse contexto, muitos acreditam que dentro do tráfico terão um caminho de desenvolvimento pessoal. Fora, não enxergam perspectivas”, diz Bruno.

Para conhecer mais a fundo a realidade dessas crianças e adolescentes, o psicólogo e os demais técnicos em medidas socioeducativas não se restringem ao acolhimento individual ou em grupo realizado nos quatro núcleos do Cedeca localizados em diferentes bairros do distrito. Visitas às residências dos jovens e também a escolas, unidades de saúde e a outras instituições que os atendem fazem parte da rotina de trabalho da equipe de nove psicólogos. “Todas as segundas-feiras dedicamos

“Aprendi no Cedeca que, em primeiro lugar, é necessário conhecer o mundo e a realidade do indivíduo para que seja possível entender o que acontece com ele”

Bruno R. Campos

nosso tempo a relatórios do Poder Judiciário e a visitas domiciliares e institucionais. Reservamos as terças e quintas para os acolhimentos. Às quartas fazemos reuniões internas e discussões de casos. Às sextas também fazemos visitas domiciliares e articulações com o Fórum Regional de Educação, que acontece uma vez por mês”, conta Bruno.

Acompanhamento

Os técnicos em medidas socioeducativas do Cedeca fazem visitas, a pé ou utilizando o transporte público, aos jovens e suas famílias. Sempre em duplas. “Nosso papel é acompanhar o adolescente para poder assisti-lo. Se esse menino está fora da escola, temos de verificar o motivo e agir para ele retornar aos estudos, garantindo sua permanência e frequência. Se há um problema de saúde, precisamos identificar se a família está na área de atendimento de uma Unidade Básica de Saúde, se há um agente de saúde para acompanhar o caso. Também verificamos se ele precisa de documentações. Enfim, a gente tem o papel de averiguar tudo o que diz respeito a direitos básicos e quando necessário interferir para que o adolescente e sua família tenham acesso a eles”, explica Bruno.

Ele justifica porque o trabalho costuma ser feito em duplas tanto no atendimento em medidas socioeducativas quanto no de crianças e adolescentes vítimas de violência. “Primeiro porque duas pessoas na intervenção representam duas

cabeças pensando. E também por questão de segurança. Um dá suporte ao outro quando fazemos visitas a lugares que não conhecemos.”

De acordo com o psicólogo, a proximidade com a realidade das crianças e adolescentes em conflito com a lei permite compreender a imagem que esses meninos e meninas têm de si próprios. “Há alguns anos, a temática da vez era a questão da internação compulsória. Hoje é a redução da maioridade penal. Quando discutimos esses assuntos, muitas vezes eles se percebem condenando a si próprios e se mostrando favoráveis à redução ou à internação”, diz Bruno. Para ele, isso decorre do fato que muitos não se enxergam como sujeitos de direitos. Assim, não percebem que são vítimas de condições que levaram aos atos infracionais.

O discurso da grande imprensa, segundo ele, colabora para essa percepção distorcida. “Programas de televisão de cunho sensacionalista focados em noticiário policial

que criminalizam os jovens da periferia têm como público principal justamente quem vive ali. Eles dão peso exagerado a um número de casos baixíssimos de violências cometidas por adolescentes. Isso contamina totalmente a forma como se enxerga a questão. Percebemos que isso tem repercussão depois no atendimento que fazemos com esses jovens”, diz ele. Da mesma forma, segundo o psicólogo, faltam às escolas conhecimento, debate e informação correta sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). “Os jovens e suas famílias chegam aqui sem conhecimento do que é o ECA ou reproduzindo a visão de que foi criado para defender bandidos.”

Reconhecimento

O trabalho do Cedeca visa contribuir para que o jovem em conflito com a lei cumpra as medidas socioeducativas não apenas com o objetivo de prevenir que ele reincida em atos infracionais. Como parte

da rede de atenção, atua para ajudá-lo a entender sua singularidade e, dessa forma, superar a vitimização e o impulso de reagir com violência e à margem das normas quando se sente acuado ou se crê sem alternativas de atender seus anseios. Para ter sucesso nisso, busca mudar a visão hegemônica, distorcida, que se tem sobre crianças e adolescentes em conflito com a lei.

Essa linha de trabalho foi reconhecida em 2001 pelo Unicef e pelo Instituto Latino-Americano para Prevenção ao Delito e Tratamento do Delincente (Ilanud), que concederam ao Cedeca o prêmio de instituição que melhor desenvolvia trabalhos em meio aberto. Esse reconhecimento resultou também do fato de que mais de 80% dos jovens assistidos pela ONG à época passaram por todo o período de liberdade assistida sem cometer nenhum ato infracional – percentual que tem se mantido. “Uma de nossas funções é mostrar aos jovens que eles podem ter errado, mas que agora têm a chance de construir um futuro diferente”, diz Bruno. 🍌



Foto: Linha Fina Imagens

Bruno e parte da equipe de psicólogos do Cedeca Sapopemba: Jonas da Silva Almeida, psicólogo e técnico de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto – Núcleo Sinhá; Danilo Ramos Silva, psicólogo e técnico de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto – Madalena; Heloisa Calemi Tonello, psicóloga e técnica de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto – Núcleo Sinhá; e Elza Aparecida Calleja, psicóloga e técnica de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto – Pro Juta

Dois pesos e duas medidas

Especialistas avaliam que visão sobre ato infracional cometido por crianças e adolescentes muda conforme a classe social a que pertencem. A lei, que deveria ser igual para todos, na prática não é interpretada ou aplicada de maneira imparcial

“**P**ivetes furtaram um carro: presos”. O título da notícia, publicado em 1961 no extinto jornal carioca Última Hora se referia a uma dupla de adolescentes que havia “puxado” um carro. Os jovens roubaram um veículo apenas para dar umas voltas e se divertir. Ambos foram detidos e fichados na delegacia. O nome de um dos pivetes é bem conhecido: Francisco Buarque de Hollanda, que apenas cinco anos depois se transformaria no menino dos olhos cor de ardósia e unanimidade nacional como autor de A banda. O cantor e compositor Chico Buarque tinha, na época, 17 anos. Em junho, completou 71. A foto usada em sua ficha policial estampa o álbum Paratodos, de 1993.

Menos sorte teve um adolescente de 13 anos que em 2010 ganhou destaque na mídia ao ser preso pela 13ª vez por furtar um veículo na zona sul de São Paulo. “Estava só ouvindo um som alto”, declarou na época o garoto então mantido na carceragem do 98º Distrito Policial, no Jardim Miriam, à espera de ser transferido para uma unidade da Fundação Casa. O destino ou o nome desse menino não se conhece e a única imagem que se tem dele foi a publicada na ocasião pelos jornais dentro de um camburão da polícia. A foto da capa do disco e a imagem do garoto estampada no jornal dão a exata medida da diferença de tratamento dispensado a um adolescente residente no bairro nobre do pacaembu e outro que nasceu na quebrada.

Para o psicólogo e psicanalista Jorge Broide, professor do curso de Psicologia da PUC de São Paulo e que

há quarenta anos trabalha com a temática de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, a análise dessas duas histórias é um exemplo de como a sociedade enxerga de maneira diversa os atos infracionais dependendo da classe social a qual pertencem os indivíduos envolvidos. “Um dos sujeitos é o Chico Buarque, filho de família tradicional. O outro poderia ser o ‘meu guri’ da canção escrita por ele”, diz Broide, referindo-se à música que descreve o menino pobre e anônimo que “chega estampado, manchete, retrato, com venda nos olhos, legenda e as iniciais”.

Meninos e meninas, independentemente de sua classe social, deveriam receber o mesmo tratamento da lei. Mas para Broide isso não significa que ambos deveriam ser levados à detenção. “Tanto os Chico Buarques como os ‘guris’ devem ser verdadeiramente escutados. Do ponto de vista clínico, o ato infracional é o sintoma de algo que não pode ser dito por esse jovem. É sintoma de algo que não foi escutado e nem compreendido. Uma forma de agredir o outro ou a si mesmo”, afirma.

É necessário compreender o ato infracional como um problema de diferentes causas, explicam em uníssono Rodrigo Pereira, Beatriz Saks Hahne e Danielle Tsuchida, psicólogos do Instituto Sou da Paz. Para eles, a adolescência deve ser vista como um



período de transição no qual o jovem experimenta modos de estar e de se relacionar com o mundo. Além disso, o adolescente vivencia a necessidade de pertencimento e do encontro de grupos com os quais se identifique.

Segundo Pereira, falando de forma geral, o ato infracional não expressa uma ou outra coisa específicas, mas envolve diversos aspectos relacionados ao universo do jovem como a ruptura de regras com as quais ele não se identifica ou que não estão claras para ele. Mais do que isso, o delito propicia uma sensação de “liberdade” e de “potência”.

Recursos

Até aqui, a reflexão se refere a todos os adolescentes, sem distinção. Mas uma bifurcação em relação ao entendimento dos atos infracionais começa quando se avaliam as condições de vida dos diferentes grupos sociais e os recursos que cada um deles tem para elaborar e resolver os conflitos pelos quais passam. Conforme ressalta Broide, na pobreza ou numa situação social complexa os recursos que os jovens têm para elaborar essas situações são muito menores que os recursos que o adolescente de classe média tem para encarar seus problemas. Este pode contar com ferramentas como terapia psicológica, mudar de escola se encontra dificuldades na que está matriculado ou morar com um parente se passa por um período difícil em casa. Ao contrário dele, o jovem da periferia dificilmente conta com esse arsenal como suporte. “Há ainda outra questão: o jovem da periferia não consegue traçar para si mesmo um projeto de vida”, diz Broide, acrescentando que por isso esse adolescente fica tão a mercê de fatores de risco como o tráfico de drogas.

Tolerância seletiva

“Na experiência acumulada no atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, as várias manifestações dos jovens indicavam que os atos infracionais eram representados como instrumentos de intimidação, poder e, principalmente, de sobrevivência” afirma Pereira, coordenador da Área de Prevenção do Sou da Paz. Atualmente, o instituto desenvolve estudos diagnósticos sobre o atendimento aos jovens em conflito com a lei e suas famílias – e também lançará em breve um projeto para a criação de novas metodologias para medidas socioeducativas. A experiência da instituição nesse campo mostrou que, no imaginário dos adolescentes acompanhados, o vínculo com a cultura do crime era percebido como uma alternativa existencial e uma possibilidade instrumental e concreta de acesso ao consumo, além de uma forma de pertencer a um grupo e ser incluído em seu meio social.

Para Danielle Tsuchida, quando o assunto é ato infracional se percebe uma tolerância maior com adolescentes vindos da classe média. A primeira diferença de tratamento é que, quando cometem um delito, em geral são entregues aos pais e não à autoridade policial. “Há o que a criminologia crítica denomina de seletividade penal: escolhe-se aqueles que poderão ser julgados ou encarcerados em função de origem social, gênero, raça”, diz ela. A psicóloga ainda levanta outro aspecto, que versa sobre a construção da divisão de classe social que cada vez mais tem sido reforçada pelos meios de comunicação de massa. “Não temos como desconsiderar a capacidade da mídia de produzir a subjetividade e reafirmar posições ideológicas da população como um todo. Frases lidas em notícias como ‘menor mata adolescente’ ilustram esta construção histórica”, afirma Danielle, para quem as palavras não são ditas de forma inocente.

Ao construir discursos assim, que usam dois pesos e duas medidas para avaliar os atos infracionais, a mídia também acaba reforçando estereótipos que são usados como argumentos para quem defende propostas como a redução da maioria penal. “Não estamos diante de um debate novo. Ele se arrasta há mais de 20 anos no Brasil e a cada troca de legislatura temos mais ou menos luz nesse debate. Não restam dúvidas que a população em geral tem uma sensação de insegurança e, pior, de impunidade. Assim, quando tem a possibilidade de opinar sobre assuntos como esse fica tomada passionalmente”, avalia Beatriz Hahne. Para ela, a proposta não deveria prosperar. Ao invés disso, defende que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja mais divulgado e que a sociedade perceba que ele já é uma legislação bastante rigorosa com os adolescentes que cometem atos infracionais e que prevê a responsabilização desde os 12 anos. O Instituto Sou da Paz considera estratégico investir na qualificação das políticas de atendimento socioeducativo e a efetiva implementação do Estatuto no que se refere aos direitos sociais básicos.

“O ECA foi um extraordinário avanço e essa proposta de redução da maioria penal não contribui em nada para a sociedade”, afirma Jorge Broide. “O que temos que fazer é avançar em questões de atendimento, melhorar a forma de escutar esse jovem.” Ele dá como exemplo o fato de que em geral, durante os processos de medidas socioeducativas, as/os psicólogas/os e outros profissionais que atendem jovens focam em conversar com o adolescente e com sua família. Mas muitas vezes deixam de ouvir outras pessoas ou entender outros contextos que têm significado importante para ele e que são os motivos de que ainda sejam movidos pelo impulso de vida. “Uma vizinha, uma namorada, um amigo. Os fios que mantêm esses jovens ainda atados à vida muitas vezes estão além da família e é preciso ouvi-los e inseri-los no contexto da orientação para ajudar o adolescente a se reconstruir”, explica ele. Para Broide, a Psicologia tem que ir atrás das brechas onde a vida se mantém. 🌱



Papo reto e cheio de opinião

Crianças e adolescentes do interior e do litoral paulista falam sem rodeios sobre como veem e agem diante das dificuldades no âmbito escolar, familiar e social. E dizem o que é preciso fazer para melhorar

Quem cai na conversa vazia de que criança e adolescente não tem o que dizer é porque anda conversando com gente que perdeu a pista de onde anda o pensamento da juventude. As novas gerações estão aprendendo a comunicar o que querem a públicos de todas as idades e lugares. E têm suas próprias estratégias para conseguir. Em outras palavras, estão fazendo política. E desde cedo, como revela o papo reto de jovens ligadíssimos que costumam participar de conferências, palestras e ações que tratam de seus direitos. Essa garotada fala com desenvoltura sobre a capacidade de seus professores e das instalações nas escolas, sobre o subemprego ou desemprego dos pais e vizinhos e das poucas opções de cultura e lazer existentes nos bairros onde vivem.

Nesse processo de formação que retoma a pegada dos jovens contestadores dos anos 1960 e 1970 no Brasil, França e Estados Unidos, a primeira lição que aprendem é que têm, sim, direitos – independentemente de classe social, cor da pele e orientação sexual. “Antes não sabia de nada sobre isso. Agora sei que tenho direito à cultura e ao lazer”, diz Stephani Barbosa, 11 anos, moradora de São Vicente, no litoral Sul de São Paulo.

A estudante do 2º ano do Ensino Médio do Centro Educacional Marista Ir Rui Leopoldo Depiné, Bianca Aparecida Andrade dos Santos, 17 anos, de Ribeirão Preto, assistiu a uma palestra sobre a proposta de redução da maioridade penal e mudou

de opinião sobre o tema. “Eu era a favor. Depois de discutir o assunto na palestra passei a ser contra”, diz Bianca. “O que o jovem precisa é de mais educação, não de prisão.”

A escola é motivo de muitas críticas. Os jovens reclamam especialmente de professores e da infraestrutura escolar. “Tem professor que fica a aula toda mexendo no WhatsApp”, diz Kayo Melo de Santana, 11 anos, aluno do 7º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Prof. Alcides Correa, também de Ribeirão Preto. “Quando a gente tira nota baixa, a professora

diz que não estudamos. Aí eu respondo que ela não deu conteúdo para tirarmos nota melhor.”

Professores

Stephani fala com convicção. “Os professores têm que aprender mais para ensinar melhor.” Sua xará Stefani Xavier Ribeiro de Andrade, 16 anos, também moradora de São Vicente, faz uma proposta para aproximar professores e alunos. “Criar projetos que envolvam quem ensina e quem aprende ajudaria a melhorar o convívio entre a gente.” Ela se queixa que

Kamilly Rodrigues Amorim criou um grupo para “melhorar a escola”



Foto: Progen - Projeto Gente Nova

os professores não respondem às perguntas e que quando respondem, “é sem jeito ou com ignorância”.

A adolescente conta que na escola em que estudava antes, a professora “mandava” os alunos calarem a boca. “Agora que aprendi os meus direitos, faria um abaixo-assinado para tirar essa professora da escola”, diz. Ela e sua xará de 11 anos são frequentadoras do Projeto Camará, de São Vicente. “Aqui aprendi não só sobre os meus direitos como também deveres. E também que devo ser mais leve no trato com os amigos, dialogar mais”, diz a Stefani adolescente.

A infraestrutura das escolas também é alvo de críticas. A questão da higiene nos banheiros é a que mais causa indignação. “Nem sei se eu falo sobre isso... Vou falar. Não tem papel higiênico no banheiro”, conta Kayo. “Se a gente precisar, tem que ir até a diretoria pegar. Sabe por que? Eles não confiam em deixar o papel higiênico no banheiro.” A estudante da 6ª série da Escola Municipal de Edson Luiz Chavez, de Campinas, Kamilly Rodrigues Amorim, de 11 anos, também se indigna sobre esse assunto. “No banheiro da escola não tem porta. A gente tem que fazer as necessidades de porta aberta. E não tem pia. Lavamos as mãos no bebedor e a água é quente!” A quadra de esportes, “esburacada e suja”, também é malcuidada. “Quando chegamos para a aula de educação física, tem camisinha e cacos de vidro no chão.”

Às vésperas de entrar na adolescência, Kamilly já atua politicamente. Depois de participar da Conferência Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes em sua cidade, em que foi eleita suplente para a etapa regional, ela criou com colegas um grupo de melhorias para a escola. “Ouvimos o que as outras crianças querem. Perdemos para fazerem desenhos sobre isso e levamos para a diretoria”, conta. Além da escola, a menina é frequentadora do Projeto Gente Nova, Progen Jardim Bassoli, de Campinas, um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos.

A menina Stephani Barbosa também participou da conferência muni-

cipal na sua cidade e afirma que tem consciência dos seus direitos e está “a fim” de lutar por eles. “Minhas falas estão mudando o Brasil”, afirma sem qualquer modéstia.

Vida Social

Kayo é outra criança que demonstra maturidade nessa idade. Depois de participar das etapas municipal e regional das conferências sobre os direitos das crianças e adolescentes, ele vai representar os colegas como delegado na etapa estadual. Entre as propostas que serão levadas estão não só o direito ao lazer e ao esporte, como à qualificação profissional.

O direito ao lazer é uma questão séria para esse público. Kayo diz que onde mora tem uma praça “legal”. O problema, segundo ele, é que “o pessoal destrói tudo”. Dos bancos aos aparelhos de ginástica. “Não precisa nem construir mais nada, só precisa cuidar”, afirma. Ele sugere que se promovam mais eventos educacionais voltados para as crianças e adolescentes e que envolvam toda a comunidade. “Seria bom, porque tem gente que acha que não deveríamos nem ter direitos.”

Com um currículo vasto para os seus 16 anos, Stefani já participou de vários encontros sobre crianças e adolescentes. Através do Projeto Camará, ela já esteve em São Paulo, Belo Horizonte, Sergipe, Porto Alegre e Brasília. Agora se prepara para ir a Fortaleza “como convidada do evento da Aliança Nacional dos Adolescentes”, conta, uma iniciativa de jovens que integram a Rede ECPAT Brasil e o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. “Agora que já tenho idade, vou sozinha de avião”, diz entusiasmada. Para ela, o que falta à juventude é “mais união e compreensão entre a gente”. Stefani apresenta o diagnóstico e também o caminho para superar o problema. “É preciso aprender a dialogar. Parece que tudo é questão de briga: na escola, na comunidade, na família.” Ela conta ter aprendido a fazer isso participando do Projeto Camará. “Deveria ter muitos projetos como esse. Aí o jovem teria

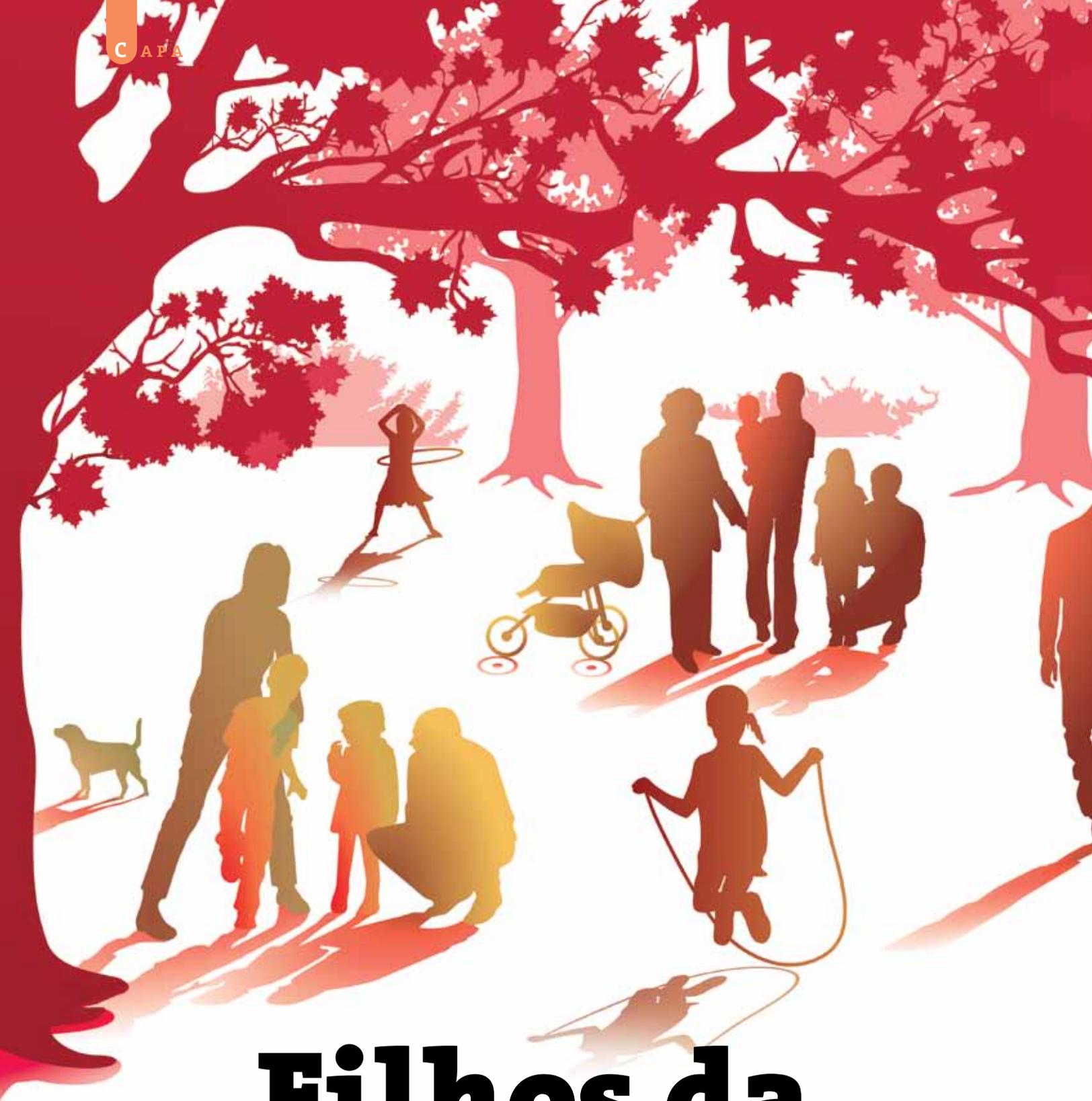
oportunidades e a opção de escolher entre o lado bom e ruim.”

Esse grupo de cinco jovens atuantes também tem opinião sobre a família. Para Stefani, o núcleo familiar está “muito tumultuado”. Eles acreditam que a falta de oportunidades de desenvolvimento e o desemprego contribuem para isso. “Emprego, só de faxineira para as mulheres e de gari para os homens. Isso não é emprego, é subemprego”, afirma Stefani. Bianca reclama que falta trabalho também para os jovens. Aos 17 anos, ela diz que quer trabalhar, que procura trabalho mas não consegue vaga. “Parece que tem que ser perfeito para arrumar um emprego.”

Bianca está terminando um curso básico de fotografia e diz que quer trabalhar para juntar dinheiro para comprar uma câmera melhor e poder ganhar a vida com isso. “Meu maior sonho é ajudar a família.” Ela vive com a mãe, que tem paralisia nas pernas, uma irmã que tem síndrome de Down e o padrasto, que “já tem mais de 60 anos e não consegue mais emprego”. Hoje, ele “se vira catando lixo reciclado na rua”. A jovem também critica a qualidade do transporte público. “Minha mãe desistiu de levar minha irmã à Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) porque o ponto de ônibus é muito longe”, diz.

Kamilly, apesar da pouca idade, demonstra já ter noção de problemas do mundo dos adultos. “No lugar onde vivo, as mães que trabalham têm que pagar alguém para cuidar dos filhos. Não tem creche para elas deixarem as crianças”, diz.

Apesar de enfrentarem problemas, eles apostam num futuro melhor. Bianca quer ser perita criminal. A Stephani de 11 anos, psicóloga. A xará adolescente ainda não se decidiu pela carreira a seguir. Kayo diz que “ainda” não sabe qual é o seu sonho. “Muita gente diz que eu deveria ser político, mas eu só quero continuar estudando. Depois decido o que quero”, explica. Não ter pensado no assunto não significa falta de opinião. Ao ser perguntado “nenhum sonho mesmo, Kayo?”, ele é categórico: “Não. É ponto final.” 🌟



Filhos da era de direitos

Aprovado em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente se tornou a referência de profissões que atuam na atenção à infância e juventude, como a Psicologia, e entra na plenitude da idade adulta sob o desafio de ser efetivamente implementado



Naquele dia, uma sexta-feira, o Brasil ainda vivia atordoado pelo atribulado início do governo do presidente Fernando Collor de Mello, que começou seu mandato negando o direito básico de as famílias acessarem suas poupanças acima de 50 mil cruzeiros, o nome restituído à moeda nacional pelo presidente recém-empossado depois de quatro anos se chamando cruzado. Talvez por isso a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não tenha chamado a atenção como deveria. O país mesmo mal havia iniciado seu aprendizado sobre direitos, tendo se completado apenas cinco anos da derrota do candidato presidencial da ditadura no Colégio Eleitoral indireto – que decretou formalmente o fim da era de 21 anos de autoritarismo – e menos de dois anos da promulgação da Constituição de 1988 – apelidada de Constituição Cidadã por ser a primeira da história nacional a ser desenhada como um marco de garantias fundamentais e universais.

Segundo o Censo 1991 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tinha à época 59 milhões de crianças, adolescentes e jovens adultos até 24 anos que representavam 40% da população. Eles nasceram e cresceram num período em que o padrão era negar direitos.

Os brasileiros que no dia 13 de julho completaram 25 anos pertencem à primeira geração nascida sob a promessa de que o país lhes garantiria viver cada fase de suas vidas de acordo com a idade. Como crianças, teriam assegurado o direito de brincar e se divertir. Antes de terem autonomia para fazerem isso sozinhos, na primeira infância, o direito a uma família, que nos anos seguintes os acompanharia e cuidaria – assim como a escola e o Estado, na qualidade de principal zelador desses direitos e de outros: o direito à saúde, ao desenvolvimento pessoal, ao trabalho digno e à igualdade de oportunidades. Em resumo, um claro horizonte apontando para o direito a se construírem como cidadãos plenos.

Balanco destaca avanços

A socióloga Denise Cesario, gerente executiva da Fundação Abrinq – Save the Children, avalia que o ECA é um grande divisor de águas na promoção dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros. A instituição, criada meses antes da aprovação do Estatuto, tem como estratégias o “estímulo e pressão para implementação de ações públicas, fortalecimento de organizações não governamentais e governamentais para prestação de serviços ou defesa de direitos, estímulo à responsabilidade social, articulação política e social na construção e defesa dos direitos e conhecimento da realidade brasileira quanto aos direitos da criança e do adolescente”.

Denise destaca entre os principais

Segundo o Censo 1991 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tinha à época 59 milhões de crianças, adolescentes e jovens adultos até 24 anos que representavam 40% da população

avanços proporcionados pelo ECA a mudança de perspectiva sobre a criança e o adolescente. “Ele permitiu a superação da visão paternalista que os tratava como objetos de intervenção social e jurídica. Não estão mais à mercê da boa vontade da família, da sociedade ou do Estado. Os jovens se tornaram sujeitos de direitos, tendo a possibilidade de exigir tais direitos nos tribunais e perante os responsáveis. O ECA também incluiu a sociedade civil organizada no sistema de proteção desses direitos, por meio da representação em conselhos”, diz ela.

A executiva da Fundação Abrinq diz que sob a vigência do Estatuto o Brasil também avançou nas estratégias de redução da mortalidade infantil, no combate à exploração do trabalho infantil e na ampliação da oferta de educação. “De 1992 a 2013, a exploração do trabalho de crianças e adolescentes foi reduzida em 59% nas cadeias produtivas formais. E se conseguiu a quase universalização do acesso ao Ensino Fundamental.”

Os desafios para a implementação do ECA passam, segundo ela, pela garantia desses direitos. “Hoje, cerca de 3,2 milhões de crianças e adolescentes continuam sendo utilizados em redes ilegais, na agricultura e no trabalho infantil doméstico. Na educação, o desafio é equacionar a oferta de creches na faixa até 3 anos e atuar na passagem para o Ensino Médio, onde há grande evasão escolar. Temos de priorizar o investimento para aumentar a qualidade do sistema educacional, melhorando a infraestrutura e a formação docente com ▶



vistas a um ensino de qualidade.”

Denise qualifica como um grande retrocesso a tentativa de diminuir a maioria penal e chama a atenção para os indicadores de violência contra crianças e adolescentes. “Os jovens são as principais vítimas de assassinatos”, adverte.

Uma das representações a que ela se refere é o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda, órgão ligado diretamente à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Trata-se de um órgão colegiado permanente de caráter deliberativo e composição paritária, que tem entre seus integrantes uma representante indicada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Nos dias que antecederam ao aniversário do ECA, em lugar de festejar os avanços proporcionados pelo Estatuto o Conanda veio a público para defender a não criminalização da juventude. O vice-presidente do Conselho, Carlos Nicodemos, afirmou que os indicadores de violência no país não corroboram a tese de redução da maioria penal. “A aprovação da emenda é um retrocesso na agenda de cidadania das crianças e dos

adolescentes e é um afunilamento do processo de criminalização da juventude negra”, declarou.

Manobra na madrugada

A polêmica aprovação pela Câmara dos Deputados, em primeiro turno, da proposta de redução da maioria penal (para homicídio, lesão grave e crime hediondo praticados por adolescentes a partir de 16 anos), na madrugada de 2 de julho, causou indignação. A proposta de redução da maioria penal de 18 anos para 16 anos foi repudiada por todas as entidades representativas da Psicologia e demais categorias profissionais, além de outras organizações da sociedade civil. O projeto será votado em segundo turno após o recesso parlamentar de julho. Se aprovado, irá a votação no Senado, também em dois turnos.

Em março, o CRP SP lançou a campanha “Diga não à redução da maioria penal – Diga não à PEC 171/93” e desde então vem dando destaque ao debate sobre o assunto, além de promover discussões regulares a respeito.

Segundo a psicóloga e psicanalista Maria de Lourdes Trassi Teixeira,

o ECA representa um marco fundamental na história da Psicologia brasileira. “Ele nos deu parâmetros de atuação na perspectiva dos direitos humanos, a partir do paradigma de proteção integral. Define a criança como prioridade absoluta. O Estatuto ofereceu esse contorno ao trabalho psi para o desenvolvimento saudável da infância e adolescência e isso é coerente com o compromisso da profissão.” A trajetória profissional de Maria de Lourdes inclui sua participação no esforço de implantação do ECA. Ela escolheu o tema dos direitos da criança e do adolescente como um eixo central de atuação, em especial daqueles que vivem em condições de vulnerabilidade. Trabalhou com adolescentes em conflito com a lei na antiga FEBEM (atual Fundação Casa) e atuou em diversas ONGs que atendem jovens. Fazendo um balanço das conquistas obtidas a partir do ECA, ela aponta os avanços registrados nos serviços de acolhimento e medidas de proteção. “Essas são duas áreas em que se andou muito”, diz. “A Psicologia contribuiu para isso, dando forma a esses serviços juntamente com as organizações e instâncias promotoras.”

Maria de Lourdes considera que a atuação na área da violência doméstica está em pleno desenvolvimento, estimulada pelo olhar e prática psi. “O trabalho clínico e estudos sobre o assunto mostram que a profissão abraçou essa vertente e está criando metodologias de atenção”, afirma. O ponto crítico que desafia não só a Psicologia como outras profissões, para ela, é a atuação com adolescentes privados de liberdade por terem incorrido em ato infracional. “Pesquisa recente com esses jovens revela que eles se sentem abandonados nas instituições. Nesse contexto, a privação de liberdade não reeduca e sim gera ressentimento”, diz. Ela se refere à nota técnica *O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal*, escrita pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) – órgão também ligado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Esse estudo apresenta dados sobre adolescentes em conflito com a lei que cumprem medida com restrição de liberdade. Em 2013, 95% eram do sexo masculino e destes 60% tinham idade entre 16 e 18 anos. Há dois anos, quando a fase de apuração da pesquisa foi realizada, 23,1 mil adolescentes estavam privados de liberdade em todo o país, dos quais 15,2 mil (64%) cumpriam medida de internação. Sobre o assunto, Enid Rocha, uma das técnicas responsáveis pelo trabalho, declarou que destes apenas 3,2 mil jovens haviam cometido infrações graves como homicídios, estupros e latrocínios – as que acarretam internamento. “Para o Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas de internação devem respeitar os princípios da brevidade e da excepcionalidade. Quando olhamos esses dados, observamos que os princípios não são seguidos”, declarou na recente apresentação pública do trabalho. Na prática, segundo o IPEA, a aplicação das medidas não têm correspondido à gravidade dos atos cometidos.

O programa *Diversidade* que abordou o aniversário de 25 anos do

ECA mostrando diferentes momentos de sua cobertura no período, publicado no início de junho no site do CRP SP, traz a psicóloga Maria Cristina Vicentin chamando a atenção já em 2000 para a estigmatização do jovem no noticiário da mídia tradicional. Segundo ela, que coordena o Núcleo de Lógicas Institucionais e Coletivas da PUC São Paulo, é necessário trabalhar com o universo dos adultos, onde ecoa essa mensa-

gem, para neutralizar o preconceito. “O mundo adulto se movimentou pouco nesse sentido. Hoje a utopia é *criançar o descrençável*, inclusive no mundo adulto.”

Fora da ordem social

O jornalista Bruno Paes Manso, pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV), fundador e repórter do coletivo de jornalistas ▶

Infância roubada

A ditadura civil-militar de 1964-1985 não perseguiu apenas os adultos que protagonizaram a resistência ao arbítrio. Além de prender, torturar e assassinar adolescentes como Marcos Antônio Dias, desaparecido aos 14 anos, e Ivan Seixas, preso ilegalmente aos 16 mas que sobreviveu para contar sobre as atrocidades sofridas no DOI Codi de São Paulo, utilizou filhos de presos políticos para pressionar os pais sob tortura a fornecerem informações. Muitas dessas crianças sofreram tortura psicológica e física.

Essas e outras histórias estão contadas no livro *Infância Roubada*, produzido pela Comissão da Verdade Estadual “Rubens Paiva” da Assembleia Legislativa de São Paulo. O advogado Renan Quinalha, que integrou a Comissão e foi um dos responsáveis por essa publicação, afirma que a visibilização dessa violência contra um segmento já vulnerável pelo Estado autoritário é importante por diversas razões. “Primeiro, porque rompe com a narrativa de que a ditadura não violou direitos de crianças e adolescentes, ao contrário da Argentina e do Uruguai, países nos quais a apropriação de bebês foi praticada largamente. Segundo, porque reconhece e nomeia formas psicológicas e morais de sofrimento, ampliando as políticas de reparação do Estado, na medida em que se compreende as diversas dimensões da dor imposta a crianças que tiveram seus pais assassinados, desaparecidos, presos arbitrariamente, torturados, exilados, forçados à vida clandestina, dentre outras situações de privação que afe-

taram todo o núcleo familiar dessas pessoas perseguidas. Terceiro, porque revela como a ditadura funcionou como um verdadeiro laboratório de produção de subjetividades que ainda se manifesta, pelas continuidades de uma transição controlada, em nossa democracia. A despeito dos avanços das últimas décadas, a violência de Estado contra crianças e adolescentes, sobretudo nas periferias das grandes cidades, ainda é bastante marcante e remete às heranças da ditadura.”

Para Quinalha, o ECA é um dos exemplos bem sucedidos de como o direito pode ser, por vezes, um instrumento efetivo de transformação social e cultural. “A proteção da infância e da adolescência diante dos riscos à integridade existentes no ambiente doméstico, nos espaços públicos e no mercado de trabalho avançou com o advento do Estatuto. Muito ainda há que se caminhar nesse sentido, mas hoje temos o pleno reconhecimento, no ordenamento jurídico, da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos que merecem total proteção e cuidado. Isso já é aceito socialmente graças, em grande medida, ao ECA”, diz ele.



Ponte – que faz reportagens sobre segurança pública, justiça e direitos humanos –, diz que a sociedade ainda não encontrou a forma de lidar com os adolescentes que cometem atos infracionais. “A maioria é pobre e vive à margem do país institucionalizado. O que os torna presas fáceis do crime organizado não é a situação de pobreza em si, mas a percepção de que a desigualdade que os separa dos jovens que vivem em um mundo de oportunidades é um beco do qual não veem saída”, afirma. Bruno cobriu a área de segurança pública para o jornal *O Estado de S. Paulo* e conhece bem os dois mundos, assim como o abismo que separa as realidades dos jovens de diferentes origens sociais na cidade de São Paulo. Nas últimas semanas, a Ponte produziu a série “Sobre Crimes e Castigos”, disponível no site ponte.org, apresentada como “um projeto documental com diversos pontos de vista sobre as contradições da proposta de redução da maioria penal em pauta no Congresso Nacional”.

Para muitos jovens que nascem nos cinturões de pobreza das grandes cidades, a arte é a forma de serem aceitos por quem vive do lado de cá das pontes que separam o centro expandido das periferias. Em depoimento ao portal, o rapper Criolo – que protagoniza o anúncio de um festival de música patrocinado por uma grande marca de produtos cosméticos ao lado da cantora Ivete Sangalo – declarou que a única certeza que se tem ao nascer na quebrada é que “você não vai ser nada”. Mulato, ele relatou que na infância viveu um episódio traumático ao ser levado pelo pai, que é negro, a um pronto-socorro. “Quando saí, minha mãe discutia com um policial tentando explicar que ela e Cleon eram meus pais. O PS chamou a polícia porque achou que o homem preto havia me sequestrado.”

180 mil assassinatos

Segundo o estudo Mapa da Violência 2015, que utiliza como fonte principal para analisar os homicídios o Sistema de Informações de



Mortalidade da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, de 1990 a 2013 foram assassinados cerca de 180 mil crianças e adolescentes em todo o país.

Lourdes afirma que a sociedade tem sido omissa no que classifica como “genocídio de jovens”. Seja como vítimas de disputas na cadeia produtiva do crime organizado, de crimes na família, em rixas entre adolescentes ou como resultado da ação ilegal de policiais. Para ela, o medo social precisa de um bode expiatório e isso alimenta uma mentalidade vingativa dos que se sentem ameaçados pelo estereótipo criado de que o criminoso provável é jovem, preto ou pardo. “Nesse contexto, o adolescente aparece como o responsável pela insegurança”, diz.

Para ela, o modelo de sociedade em que a capacidade de consumir define o prestígio social e protagonismo gera a contradição entre o apelo à compra que as crianças e adolescentes de famílias de baixa renda recebem e a possibilidade concreta de acessar os bens almejados. “Essa omissão é ainda mais grave em nossa profissão, se considerarmos que o Código de Ética do Psicólogo determina que so-

mos promotores de saúde e que temos de apoiar as pessoas que estão em sofrimento mental.”

De acordo com o Censo IBGE 2010, o Brasil tem cerca de 63 milhões de crianças e adolescentes. Cuidar para que atinjam a idade adulta tendo respeitados o direito ao desenvolvimento pleno define desde já o mundo em que viveremos não daqui a mais 25 anos, mas no futuro imediato.

A Psicologia tem um papel a cumprir na construção de espaços e disseminação do conceito do *Brincar pra valer*. Os governos e a sociedade como um todo têm a responsabilidade de construir saídas que garantam que é *Valer pra brincar*. 🌱

O que a Psicologia tem a ver com isso

Leia mais sobre o tema na cartilha *A Psicologia e sua interface com os direitos das crianças e dos adolescentes*, da Série Comunicação Popular CRP SP, no site www.crp.org.br.



Rede de acolhimento contra a violência familiar

Atuação da Psicologia em situações de agressão física e sexual a crianças e adolescentes exige ação coordenada com outros dispositivos de proteção, como organizações que aplicam medidas socioeducativas, Conselhos Tutelares e Varas de Família e da Infância

No dia a dia, psicólogas/os que atuam isoladamente em consultórios, empresas, instituições e também no Judiciário podem sentir falta de espaços de discussão em que tenham a oportunidade de apresentar suas indagações sobre como escutar jovens em atendimento e, então, receber questionamentos de colegas que poderiam contribuir para uma eventual reavaliação do caminho escolhido. Para a psicóloga Maria Angela Santa Cruz, psicanalista e coordenadora do Núcleo de Referência em Atenção à Adolescência e à Juventude (Nuraaj) da Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae, a discus-

são clínica é essencial para quem atua em situações de agressão a direitos de crianças e adolescentes, especialmente as que envolvem violência na própria família – sofrida ou cometida por eles. “A equipe clínica é o lugar em que todos colocam seu trabalho em discussão e têm o compromisso de opinar sobre o trabalho dos colegas.” Segundo ela, o ganho evidente que se tem ao contar com um espaço de troca profissional é desafiado pela prática de muitas organizações em que a visão de trabalho em equipe é meramente retórica. “Nada disso costuma acontecer em ambientes em que prevalece a expectativa de que

cada um deve ser capaz de resolver sozinho suas questões de trabalho e as dúvidas são vistas como sinais de fraqueza”, diz ela.

Algumas vezes são as próprias organizações que atuam na defesa dos direitos de crianças e adolescentes que têm dúvidas pontuais sobre como atuar em determinados quadros. Angela cita o exemplo de um equipamento da periferia da zona norte de São Paulo, cuja técnica procurou o Nuraaj para buscar orientação quanto à situação de um adolescente em medida socioeducativa (mse) em meio aberto. “À medida que ouvia as dúvidas dela, achei que extrapolavam o caso es-

pecífico apresentado”, conta. Ao questioná-la sobre isso, confirmou sua intuição. Depois de colocar a demanda em análise na Clínica Psicológica, decidiu-se por oferecer à organização apoio caso quisesse redesenhar o atendimento. “Acabamos desenvolvendo um trabalho de dois anos com toda a equipe de mse, contribuindo para que o serviço se reconfigurasse.”

Em se tratando de crianças e adolescentes, Angela acredita que o atendimento em grupo apresenta vantagens na comparação com sessões individuais. “O jovem tem o impulso natural de se integrar. Na vida social busca aqueles com quem se identifica”, explica. Assim, estar em um grupo cuja identidade é ter tido direitos fundamentais atingidos pelos próprios familiares pode facilitar a evolução da psicoterapia de cada um. Esse espaço coletivo e potente muitas vezes é encontrado nas dinâmicas grupais em organizações que aplicam medidas socioeducativas, Conselhos Tutelares e Varas de Família e da Infância.

As incertezas que costumam surgir em quadros de violência familiar se referem a estratégias de envolvimento da família para tratar e superar o problema e, quando ela se recusa ou as tentativas não dão resultado, sobre o momento em que se deve apresentar o caso ao Conselho Tutelar. Muitas vezes sequer é preciso que a violência seja atuada de maneira concreta, física, pois a tensão psicológica gerada por uma dinâmica familiar destrutiva pode afetar esse jovem a ponto de colocá-lo em risco. Foi o caso de um adolescente de 16 anos com histórico de agressões físicas entre os pais, que em comum o desqualificavam sistematicamente. Ele tentou o suicídio por, segundo contou, não suportar esse lugar de atravessamento entre os dois. Num ambiente com este nível de desintegração, a possibilidade de convocar a família para o tratamento pode não dar o resultado pretendido. Nesse exemplo, como se pode supor, não deu e foi necessário solicitar a in-

tervenção e acompanhamento do Conselho Tutelar.

“Atuar em situações de violência contra crianças e adolescentes costuma ter respostas melhores quando se trabalha em rede”, afirma Angela Santa Cruz. “Mas funciona melhor com redes vivas, quentes, que inserem esse jovem em dinâmicas sociais dentro e fora dos espaços de terapia.”

Angela conta que, em geral, crianças e adolescentes respondem bem à orientação quando percebem que existe comprometimento da equipe clínica. “Eles tendem a sair de situações de risco mais rapidamente do que adultos”, diz ela. “Mas para isso é preciso que haja três coisas: investimento, desejo de ajudar esse jovem e capacitação. Não se ajuda ninguém sem estar bem preparado quanto à formação e conhecer exemplos concretos de situações análogas.”

Para atuar com jovens e adolescentes, diz, é essencial entender o potencial das redes de proteção, como funcionam os Conselhos Tutelares, as Varas de Família e da Infância, as políticas públicas e a legislação. “A começar do Estatuto da Criança e do Adolescente”, afirma.

Segundo Angela Santa Cruz, o trabalho em rede não exige necessariamente o estabelecimento prévio de procedimentos formais, como assinatura de protocolos.

“Realizar atendimento em grupo com crianças e adolescentes tem vantagens sobre sessões individuais. O jovem tem o impulso de se integrar

Maria Angela Santa Cruz

No caso do jovem que tentou se matar, a psicóloga que procurou o Conselho Tutelar inicialmente compartilhou sua leitura com esta instância. A forma de conduzir a orientação se baseia na articulação com outros dispositivos de proteção da infância e juventude e, fundamentalmente, na discussão clínica. “Recebemos muitos pedidos de atendimentos de juízes de Varas, particularmente via Centro de Referência às Vítimas de Violência (CNRVV) do Sedes Sapientiae, que também atua em casos de violência familiar”, conta.

De acordo com ela, a resistência ao trabalho em rede parte muitas vezes de onde menos se esperaria: a escola. “Entender como chegamos a isso abre outra discussão. Em muitas ocasiões tanto a direção como professores não quiseram se envolver, porque entendem que o comportamento daquele estudante é um problema que não lhes dizia respeito.”

Maria Angela Santa Cruz e equipe do Nuraaj realizam discussão clínica sobre atendidos



Foto: Linha Dha Imagens

Os 25 anos do ECA e a Ética profissional

No caso em análise, uma psicóloga foi procurada por uma mãe para emitir atestado psicológico da filha de 4 anos e sua relação com a figura paterna. A profissional realizou duas sessões com a genitora e oito sessões com a criança, utilizando caixa lúdica e material gráfico. O trabalho se estendeu pelo período de três meses e ela alega que não se ateve a uma abordagem teórica específica.

O pai, por sua vez, queixa-se que a psicóloga elaborou 'Parecer Psicológico' para ser anexado em processo de regulamentação de visitas, contendo julgamento sobre seu estado psicológico e índole.

No documento consta que foi realizada a avaliação psicológica da "menor" e diagnosticada dificuldade no relacionamento pai-filha. A relação tem sido esporádica, por não residirem na mesma casa, e tumultuado. A profissional considerou que o pai expõe a criança a riscos, além de causar prejuízos psicológicos e morais à criança. Em razão disso, recomendou a suspensão das visitas.

Após analisar os autos, a Comissão de Ética aponta que o documento carece de fundamentação técnico-científica que sustente suas conclusões. Este não menciona os indícios levantados em sua análise para chegar à conclusão de prejuízos provocados pelo pai. Destaca, ainda, que as afirmações sobre o pai não foram apresentadas em forma de hipótese, mas sim conclusivas sobre as intenções e

atitudes de uma pessoa que não foi avaliada pela profissional.

Diante do exposto, ficou comprovado que a psicóloga infringiu:

Resolução CFP 010/2005 **Código de Ética Profissional** **do Psicólogo:**

Art. 1º - São deveres fundamentais do Psicólogo:

...
c) *Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional.*

Art. 2º - Ao psicólogo é vedado:

...
g) *Emitir documentos sem fundamentação e qualidade técnico-científica.*

Resolução CFP 007/2003 **Manual para elaboração** **de documentos escritos** **pelo psicólogo.**

É importante extrair deste caso a reflexão sobre aquilo que é solicitado às/aos psicólogas/os nos serviços prestados, sobretudo em situações de litígio como a disputa pela guarda e regulamentação de visitas. Nessas situações, é comum que psicólogas/os deparem apenas com uma das partes envolvidas no processo, que frequentemente está tomada pelo conflito instaurado, fazendo a lógica judiciária extrapolar para o atendimento psicológico, que, por sua

vez, se torna um local de produção de provas para o processo judicial. Em avaliações psicológicas, cabe a análise crítica do profissional sobre quais as demandas que lhe são feitas (mas nem sempre explicitadas), além dos efeitos e impactos daquilo que lhe é pedido. Considerar o contexto em que se dão tais demandas ajuda a delimitar o alcance do trabalho realizado e das conclusões a que se pode chegar. Nesse sentido, o trabalho da/o psicóloga/o não deve apenas cumprir o solicitado, mas, com tal análise crítica, ser também interventivo naquilo que produz as condições psicológicas da criança avaliada, afastamento entre pais e filhos, conflitos e disputas, visando o bem-estar familiar e a construção de encaminhamentos pertinentes ao cuidado de todos.

Essa é uma lógica de trabalho que também considera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), que prioriza a convivência familiar e estabelece que, em uma eventual dificuldade de relacionamento, outras medidas podem ser adotadas, como a reaproximação gradual do convívio entre pai e filha, quando não representar situação de risco ou violação de direito à proteção.

É importante destacar também que o termo "menor", muitas vezes utilizado por psicólogas/os, remete ao paradigma do antigo Código de Menores, de 1979. Desde a publicação do ECA, em 1990, foi abandonado o uso do termo "menor", substituído por "criança e adolescente", anteriormente considerados "em situação irregular", e agora como "sujeitos de direitos", inclusive à proteção integral. 🌟

O pensamento das crianças e adolescentes, por eles mesmos

Participação dos jovens foi destaque nas Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente no estado de São Paulo. Conheça as atividades realizadas em Ribeirão Preto, São Vicente e Bauru

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) participou das Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizadas entre os meses de abril e maio no estado. Como destaque, a participação de crianças e adolescentes nas conferências lúdicas superou a dos adultos (profissionais multidisciplinares e familiares) nas

conferências convencionais. Este ano, o tema central instituído pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condeca) foi a Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes: Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Foram debatidos os seguintes eixos: Promoção dos Direitos de Crianças e Ado-

lescentes; Proteção e Defesa dos Direitos; Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes; Controle Social e Efetivação dos Direitos e Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

As conferências se realizaram no contexto das comemorações dos 25 anos de criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). 🌟

São Vicente repudia projeto de redução da maioria penal

A X Conferência Municipal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente de São Vicente, realizada no dia 30 de abril de 2015 no salão da Associação Comercial, Industrial e Empresarial, reuniu 328 participantes. A Conferência Convencional somou 81 pessoas, que no final do encontro aprovaram duas moções: uma de apoio à greve dos professores da rede pública de São Paulo e a outra de repúdio à redução da maioria penal.

A Conferência Lúdica, que contou com a presença de 247 crianças e adolescentes, surpreendeu o estudante de Psicologia Guilherme Guedes Reis, 20 anos, estagiário da Prefeitura de São Vicente. Ele monitorou a conferência das crianças, a maioria entre 7 e 11 anos de idade, que tinha como meta a proposição de ao menos sete propostas. “Achei que seria difícil atingir essa meta, mas os participantes foram além: criaram 12 propostas”, conta. Entre os temas debatidos, questões ligadas à escola (falta de professores substitutos e de merenda de qualidade) e comunidade (problemas com coleta de lixo e segurança). “Foi um evento muito rico. As crianças estão fazendo política desde cedo. Aprendi muito com elas”, diz Reis.

No final, foram eleitos 13 delegados e 3 suplentes adultos, 7 adolescentes e 2 crianças para participarem das etapas seguintes das conferências. 🌟



Ribeirão Preto diz que adultos aprenderam a ouvir

“Os adultos ouviram as crianças e adolescentes”, afirma o adolescente Vitor Hugo Lacerda Tosta, 17 anos, estudante do 1º ano do Ensino Médio do Centro Educacional Marista Ir Rui, de Ribeirão Preto. Para ele esta foi a grande conquista dos jovens que participaram da VI Conferência Lúdica de Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes, realizada na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, no dia 24 de abril. Ele citou a palestra sobre Direitos da Criança e do Adolescente como o ponto alto do encontro. “Eu sabia que tinha direitos, mas não conhecia quais eram”, conta Vitor Hugo, que diz ter aprendido sobre os direitos à saúde, educação, moradia, entre outros.

O grupo de jovens aprovou as propostas apresentadas pelos seus representantes, como aumentar os cuidados com as comunidades em que vivem. Foi a primeira participação de Vitor Hugo em um evento desse tipo. O adolescente foi eleito para representar o grupo na Conferência Regional, que ocorreu no dia 12 de junho.

Ribeirão também foi palco da X Conferência Municipal da Criança e do Adolescente (25/4) e das Conferências Regionais Lúdica (12/6) e Convencional (13/6). A diretora do Centro Educacional Marista Ir Rui, Joelma

de Freitas Souza, que participou das conferências convencionais, destaca como fatores negativos a fragilidade na articulação e participação da sociedade civil, assim como para a inexpressiva presença do Poder Público – o que gerou nota de repúdio apresentada na Conferência Regional.

Joelma avalia que as propostas aprovadas resultaram de debates produtivos. “Tivemos a presença de pessoas engajadas, que construíram propostas com interface com as apresentadas pelas crianças e adolescentes na Conferência Lúdica. Um exemplo são as sugestões apresentadas na etapa Municipal, na qual as instituições foram estimuladas a promover maior espaço de participação e envolvimento das crianças nas atividades e ações oferecidas, bem como ampliar a atuação dos grêmios escolares e assim aumentar sua legitimidade”, diz. Na Conferência Regional, segundo Joelma, um destaque positivo foi a proposta de criação de representação de crianças e adolescentes nos Conselhos de Direitos como “conselheiro titular”.

A Conferência Municipal reuniu cerca de 200 representantes de várias escolas e ONGs de Ribeirão Preto.

O psicólogo Bruno Tessari Cobra, chefe da Divisão de Planejamento

em Saúde da Secretaria Municipal da Saúde de Ribeirão Preto, considerou o encontro muito positivo. Conselheiro de Direitos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, Cobra afirma que a presença de crianças e adolescentes na Comissão de Organização foi um dos pontos altos da etapa Lúdica. “Eles apresentaram ideias importantes, em especial quanto à programação cultural”, afirma.

Uma das atrações culturais da Conferência foi a apresentação do grupo de teatro independente Proscênio, que encenou um ato sobre os dilemas a respeito do sim e do não – sobre as possibilidades que cada um tem a partir das escolhas que faz.

Cobra enfatizou o nível de amadurecimento dos jovens participantes, que influenciaram nos debates e em algumas propostas que saíram da Conferência. Dos temas tratados, foram abordadas questões sobre segurança (necessidade de um relacionamento positivo da polícia com a comunidade), saúde (sedentarismo, educação alimentar e vacina HPV) e educação (estímulo e atualização das escolas com relação aos livros didáticos e demais materiais). “Nossas crianças e adolescentes estão cada vez mais exercendo a cidadania, fazendo política e cobrando seus direitos”, diz. 🌱

Bauru quer fortalecimento de grêmios estudantis

A Conferência Municipal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente de Bauru, realizada dias 29 e 30 de abril, aconteceu no Projeto Social Casa do Garoto (Conferência Lúdica) e no ITE – Instituição Toledo de Ensino (Convencional). As/os psicóloga/os e educadores sociais Camila Domeniconi e André Padoveze participaram do even-

to e explicam que cada um dos cinco eixos temáticos abordados no tema central da conferência – Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes: Fortalecendo dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente – foram discutidos por grupos de 25 pessoas, em média, nos quais se debateram os temas e foram elaboradas

as propostas a serem votadas na plenária final.

Segundo Padoveze, os participantes apresentaram propostas como a formação de grêmios nas escolas, para estimular a participação e protagonismo da criança e do adolescente, a exigência de garantia de transporte para todas as escolas e a criação de mecanismos de fiscalização para a garantia de direitos.

No momento em que o ECA completa 25 anos, façamos um ano do avanço e não do retrocesso na defesa do futuro do país.

Conheça algumas publicações e vídeos do CRP SP na Luta Contra a Redução da Maioridade Penal

Diversidade mostra ECA - 25 Anos de História

No mês em que o Estatuto da Criança e do Adolescente comemora 25 anos de existência, o CRP SP, em parceria com a TV PUC, apresenta uma série de quatro vídeos sobre a importância do ECA.

Os dois primeiros episódios podem ser vistos no Canal do CRP SP no YouTube: Acesse: www.youtube.com/user/crspvdeos. Compartilhe.

Assista sempre ao Programa Diversidade, o espaço da Psicologia na TV.

O futuro do Brasil não merece cadeia

Veja também o documentário *O Futuro do Brasil não merece cadeia*, produzido pela então Comissão de Criança, Adolescente e Família do CRP SP, na gestão 1998-2001. Assista, baixe, compartilhe.

www.crsp.org.br/portal/comunicacao/O_Futuro_do_Brasil_nao_merece_cadeia/O_Futuro_do_Brasil_nao_merece_cadeia.html.



Carta Contra Criminalização da Infância e Adolescência

Em agosto de 2014, o CRP SP divulgou carta alertando sobre a criminalização dos jovens. Em uma das passagens, o texto afirma: “No tocante aos atos infracionais – mesmo os graves – entendemos que refutar quaisquer proposições que evoquem a redução da maioridade penal não significa alienar as/os adolescentes

das medidas de responsabilização já previstas, mas, garantir que em seu cumprimento não lhes sejam aviltados direitos, sobretudo, à dignidade”.

Acesse a íntegra deste importante documento no site: www.crsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2014-carta_criminalizacao.pdf.

Conte onde e como você faz

Queremos mapear e dar visibilidade às muitas práticas feitas da Psicologia no estado de São Paulo. Mostrar como os diversos campos de atuação de nossa categoria estão fazendo a diferença na sociedade. Vamos dar visibilidade às nossas práticas e conhecer os diversos métodos que têm sido aplicados pelos profissionais. A ideia é democratizar o conhecimento.

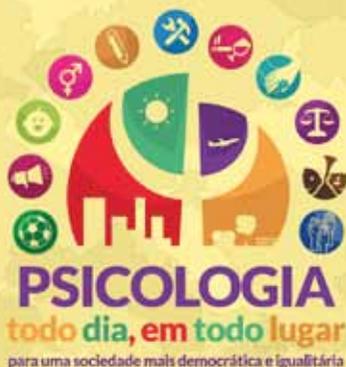
Então, conte para nós e a todos os demais colegas como você constrói

a Psicologia no cotidiano. Para fazer isso, grave um vídeo de até 1 minuto e 30 segundos e envie ao CRP SP.

Usuários dos serviços de Psicologia também podem participar, contando: *De que maneira a Psicologia contribuiu para transformar a sua vida?*

Confira os vídeos já enviados por psicólogas/os no endereço abaixo: www.crsp.org.br/psicologiatododiaemtodolugar.

Participe. Divulgue. Compartilhe.





Brincar pra valer **Valer pra brincar**

CRP lança campanha de celebração dos 25 anos do ECA com programação anual composta de 25 rodas de conversa em todo o estado, em que jovens, psicólogas/os e jornalistas debaterão temas fundamentais relacionados à infância e adolescência

Como as crianças e adolescentes veem o Estatuto criado há 25 anos para defender seus direitos e o utilizam como referência de seu lugar na família, escola, trabalho e vida social? De que maneira a Psicologia e outras profissões cuja atuação tem nesse público um eixo fundamental, como o Direito e o Serviço Social, têm atuado nessa temática? Finalmente, como a mídia retrata esse debate? Para buscar respostas para essas questões, que sejam construídas com base na soma dessas visões, o Conselho Regional de Psicologia de São Pau-

lo lançou a campanha **Brincar pra valer. Valer pra brincar.**

Durante um ano, julho de 2015 a julho de 2016, esta iniciativa realizará rodas de conversa públicas para debater, de forma participativa, questões fundamentais relacionadas à infância e à adolescência: Racismo; Etnia; Diversidade sexual; Sexualidade na escola; Transtornos; Internamentos socioeducativos; Trabalho infantil; Publicidade e televisão; Criança e consumo; Acolhimento institucional; Direito a divertir-se; Direito ao brincar; Esporte/Cultura e relação com o território; Violência intrafamiliar; Saúde; Educação; Bullying; Adoção; Morte/suicídio; Direito a voz/reconhecimento; Relação criança e adulto; Direito à cidade e ao espaço público; Habitação/moradia/rua; Alimentação e obesidade; Aleitamento materno; e Drogas. Esses temas iniciais ainda podem ser reagrupados ou ampliados. Isso porque o conjunto de assuntos a serem debatidos está em discussão com as entidades parceiras do CRP SP na construção da agenda de rodas de conversa. O



Os temas rodas de conversa em cada um dos 25 locais serão distribuídos de acordo com um levantamento sobre as questões de maior impacto na cidade e região que sediarão encontros

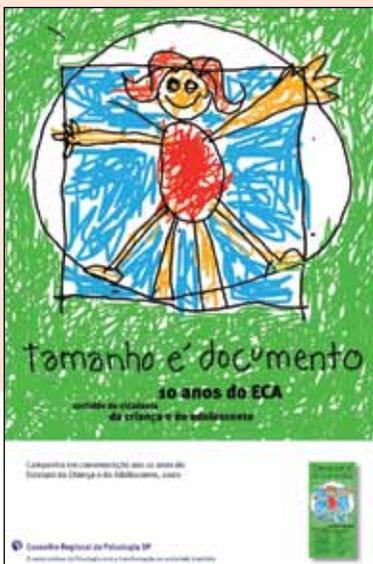
objetivo é privilegiar em cada local que sediará uma roda o assunto que mais impacta a juventude e a comunidade do entorno.

A questão dos limites aos jovens, uma das preocupações da família e da escola, é transversal a vários dos temas propostos. Na perspectiva da Psicologia, a produção de um contorno de continência – compos- ▶

Destaques das campanhas anteriores

Veja alguns dos temas de campanhas do CRP SP relacionadas ao ECA

2000



2005



2008



Confira a exposição virtual, completa, no site do CRP SP: www.crsp.org.br/portal/comunicacao/exposicoes.aspx

to pela presença do adulto, de pertencimento à família e de cuidados que a criança e o adolescente recebem, sem privá-los da liberdade – é a referência a ser buscada para ajudar esse jovem a encontrar o seu lugar e aprender a se mover no meio social em condições de igualdade com os demais.

As discussões acontecerão na sede e em subsedes do CRP SP, como também em espaços de outras instituições e organizações da sociedade civil parceiras na campanha e outros espaços do território.

Cada roda de conversa será aberta por um vídeo de apresentação da questão de até 3 minutos, criado por jovens. Em seguida, uma criança ou adolescente falarão sobre a importância do assunto em sua vida e desenvolvimento. Depois, uma/um psicóloga/o, advogado ou assistente social dirão como essas profissões têm atuado com a temática. Fechando as falas introdutórias, um jornalista da cidade/ou região contará sua visão sobre o assunto e como a mídia – local e nacional – retrata a questão. Feitas as apresentações, a roda se abrirá para que haja troca de visões e experiências.

A proposta da roda de conversa é promover o diálogo entre todos os que trabalham com a temática da criança e da adolescência, tendo sempre a participação de jovens nessa interlocução e não como referências meramente teórica. O CRP SP acredita que o troca de conhecimentos potencializará o trabalho de todos os que trabalham com essa agenda.

Consulte o site do Conselho Regional de Psicologia para acompanhar a construção da agenda de conversas e conhecer a programação passo a passo: www.crpssp.org.br.

Sujeitos de desejos

A singularidade da contribuição da Psicologia no debate provocado pela celebração do 25º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente está na gênese de sua atuação, que entende as pessoas como sujeitos de desejos antes até de serem sujeitos de direitos. É o

impulso de satisfazer os seus anseios como indivíduos que as mobiliza para, na vida em sociedade, construir a agenda comum de direitos capaz de contemplar todos sem distinção. Assim, a campanha Brincar pra valer. Valer pra brincar nasce impulsionada pelos afetos relacionados à infância e à adolescência, tendo a abordagem sobre seus direitos entendida como consequência e parte indissociável dessa visão.

Para entender porque todo jovem tem direito a brincar, se divertir, ter uma família, estudar, viver sua sexualidade, estar no espaço público e trabalhar, como requisitos para se desenvolver e viver de modo digno, é preciso conhecer como essas questões atuam em seu imaginário e desejos.

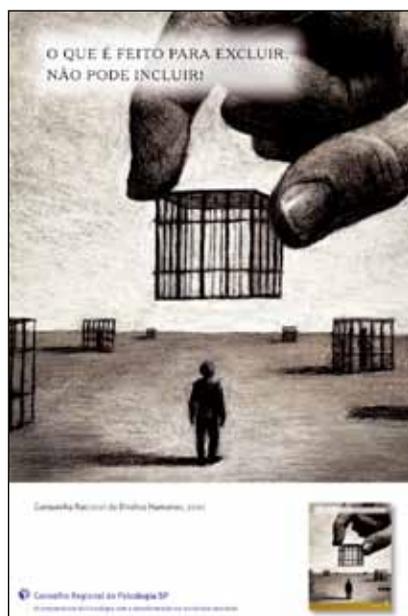
A campanha pretende ser um instrumento para a Psicologia contar como tem cuidado da criança e da adolescência pensando em seu desenvolvimento integral e, ainda, debater como a profissão pode contribuir para que o ECA seja efetivamente implementado, superando limites que estão colocados devido à incompreensão de seus objetivos

A singularidade da contribuição da Psicologia no debate do 25º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente está na gênese de sua atuação, que entende as pessoas como sujeitos de desejos antes até de serem vistas como sujeitos de direitos

e do entendimento equivocado de parte da sociedade de que os jovens que ainda não têm acesso a esses direitos, por não lhe dizerem respeito, devem contar com a própria sorte para sair da exclusão.

Cuidar da infância e da adolescência de hoje determina o adulto e, conseqüentemente, o tipo de sociedade que todos teremos amanhã.

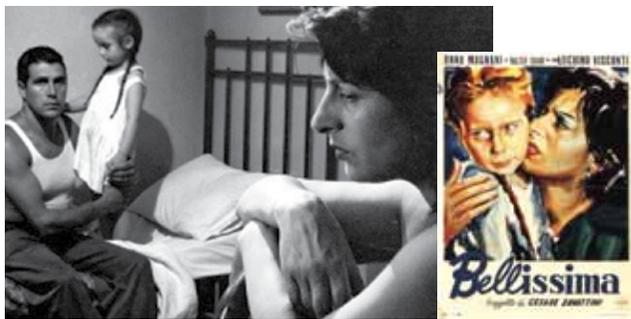
As 25 rodas de conversa serão gravadas e difundidas no site do CRP SP e nas mídias sociais. A expectativa é que a presença de jornalistas neste ciclo que se inicia em agosto também contribuirá para aprofundar as abordagens da mídia quanto aos temas relacionados à infância e adolescência. 🍎



Temática dos direitos da infância e da adolescência é um dos eixos de atuação da Psicologia a que o CRP SP dá visibilidade permanentemente

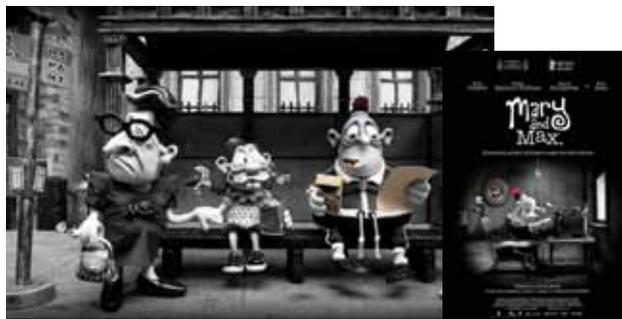


FILMES



Belíssima

(Itália, 1951) Luchino Visconti, Drama, 108 minutos. Maddalena (a superestrela Anna Magnani) é uma mulher esforçada, que faz de tudo para que sua filha possa ter a chance de uma vida melhor. Uma das obras-primas do diretor, que assina também o roteiro – em parceria com Suso Cecchi D’Amico e Francesco Rosi – o filme aborda o tema tão atual da exploração do trabalho infantil pela indústria do entretenimento.



Mary et Max.

(Austrália, 2010) Adam Elliot, Animação, 92 minutos. Mary Daisy Dinkle é uma menina solitária de 8 anos, que vive em Melbourne. Max Jerry Horowitz tem 44 anos e vive em Nova York. Obeso e também solitário, ele tem síndrome de Asperger. Mesmo com a distância e a diferença de idade entre eles, Mary e Max desenvolvem uma forte amizade, que transcorre de acordo com os altos e baixos da vida.



De Menor

(Brasil, 2014) Caru Alves de Souza, Drama, 67 minutos. Vencedor do Festival do Rio 2013, o curta-metragem coproduzido pela diretora e Tata Amaral conta a história de Helena (Rita Batata), uma advogada recém-formada que divide sua rotina como defensora pública de crianças e adolescentes no Fórum de Santos e os cuidados com o jovem Caio (Giovanni Gallo). O relacionamento dos dois é colocado à prova quando Caio comete um delito. Parte do elenco é formada por jovens de Santos que tiveram sua primeira experiência com o cinema.

LIVROS

Joaquim Toco e amigos na Terra do Gâr: crônicas do cotidiano Kaingang

Hilda Beatriz Dmitruk e Leonel Piovezana, com ilustrações de Gina Zanini, Ministério Público Federal, 2015. Joaquim Toco e seus amigos na Terra do Gâr, de forma fresca e bem humorada, introduzem os leitores no mundo da atual geração de Kaingang. Por meio das aventuras de Toco, Luar, Kusé e Cesário, somos convidados a conhecer aspectos da vida cotidiana nas comunidades indígenas da região Oeste de Santa Catarina. O livro, que está sendo distribuído nas escolas públicas da cidade de Chapecó e região, será disponibilizado pela Procuradoria da República em Santa Catarina para download. As histórias foram colhidas e elaboradas nas próprias comunidades indígenas, em pesquisa da UnoChapecó em parceria com o MPF. Participaram do processo, para que a obra fosse construída de forma transdisciplinar, antropólogos, historiadores e educadores.

e-mail: prsc-prmchapeco@prsc.mpf.gov.br
| Tel.: (49) 3313-1200



Crianças Como Você - Uma emocionante celebração da infância no mundo

Barnabas Kindersley e Anabel Kindersley, Editora Ática, 2014. Celina, do Brasil; Ji-Koo, da Coreia do Sul; Houda, do Marrocos; Meena, da Índia; Esta, da Tanzânia... Neste livro infantil em forma de relatos com ares de reportagem, as crianças não só são os personagens das histórias como as próprias protagonistas. Em depoimentos reais, elas falam e escrevem sobre sua vida e seu jeito de ser em diferentes culturas ao redor do mundo. Através da obra, o leitor conhece o cotidiano da infância a partir do próprio olhar infantil. Editado em associação com o Unicef, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o livro apresenta as situações da infância em sua diversidade, unidas pelo traço comum da relação lúdica da criança com a escola, a família e a vida em sociedade. Ensina que a vida das crianças tem cores, sabores e hábitos diferentes, mas que meninas e meninos são iguais em qualquer parte.

www.atica.com.br
| Tel.: (11) 4003-3061

25 anos de afirmação

Desde a aprovação do ECA, em 1990, o CRP SP desenvolve campanhas e participa de ações para fazer avançar a garantia de direitos

